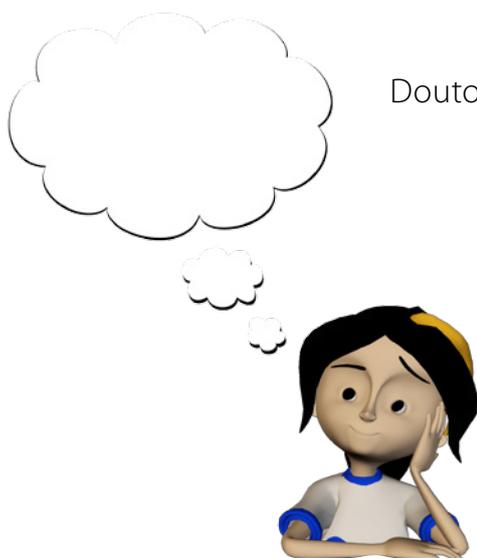


## O papel do professor da educação especial na construção e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola

**Eliana Marques Zanata**

Doutora em Educação Especial. Professora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Unesp – Bauru.



### Para refletir

Qual o meu papel neste processo de planejamento do PPP?

A escola é um espaço contínuo de construção. A cada novo ano há novas perspectivas, novos desafios e novas metas a serem atingidas. Na atualidade, com a velocidade da informação, com a dinâmica acelerada das relações humanas e, principalmente, com a necessidade de realização presente em todos nós, nos parece claro que a escola está, para os educadores, posta como um espaço de conquistas que não podem esperar para acontecer.

Isso não significa confundir com o imediatismo pedagógico, pois, quando as metas são propostas para serem realizadas em curto espaço de tempo, somos conduzidos a um imediatismo em que não há tempo para reflexão, planejamento e avaliação do processo. Assim, os resultados obtidos não atingem os objetivos propostos inicialmente. Toda conquista implica em preparação, intencionalidade e em tomada de posição. Por isso, é preciso planejar.

A atividade de planejar é uma ação defendida por muitos como exclusivamente humana, ideia essa primordialmente defendida por Marx (1980, p. 202) e compartilhada por nós.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Entendemos que o planejamento é tido como um ato humano e, uma vez que o ser humano vive em sociedade, nada mais claro que em determinados momentos o planejamento seja coletivo. Sendo um ato humano, a arte de planejar e o projeto se constituem partes do imaginário, implicando que, na prática, eles tendem a ser flexíveis. Assim, além da arte de planejar, o ser humano está dotado da arte de replanejar, refazer, recomeçar.

O significado do ato de planejar, do planejamento em toda ação humana a ser realizada, está diretamente vinculado a um processo coordenado de um conjunto de passos, estrategicamente organizados pelo ser humano. Só se inicia um processo de planejamento se houver a meta de atingir determinados objetivos, determinados fins. É fundamental o estabelecimento não somente dos objetivos, mas também dos caminhos, dos procedimentos, de um roteiro e de um instrumento avaliativo.

Abordar o tema sobre o planejar no âmbito da educação nos reporta ao planejamento e ao Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas de educação básica. O planejar numa perspectiva inclusiva é atualmente um desafio, que requer de seus atores a ousadia de ir além da aprendizagem de todos os estudantes, sejam eles vinculados à Educação Especial ou não. Desafio que parte desde a mudança conceitual que versa sobre o paradigma das possibilidades e limitações de aprendizagem do estudante da educação especial, quanto da cultura da competência do professor em relação ao processo de ensino para todos esses estudantes.

Há tempos que a elaboração da proposta pedagógica e do PPP da escola não se constitui como uma responsabilidade exclusiva do diretor ou gestor da escola. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) postula e enfatiza o papel do professor:

Art. 13 - Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino [...]

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A arte de participar de um planejamento coletivo implica aos professores, inclusive os da educação especial, ter uma postura positiva e assertiva frente aos desafios que irão encontrar. É preciso contornar possíveis entraves como considerar a realidade, a situação da escola que temos e o confronto com o que queremos e o que precisamos construir; enfatizar a importância de se ter um currículo significativo organizado por competência e de áreas de conhecimento interligadas que favoreçam o aprendizado do estudante da educação especial juntamente com

os demais estudantes da escola; colocar-se frente à equipe escolar numa posição de respeito, responsabilidade, cumplicidade, ética profissional.

Pensar em um projeto que abarque toda a diversidade, fundamentado em princípios inclusivos, é algo já previsto nas políticas públicas provindas de documentos internacionais, nacionais e estaduais. Considerando a questão da igualdade com equidade se espera que no plano da escola todos os estudantes, cada qual com sua singularidade, sejam considerados em suas necessidades para que tenham oportunidades iguais. Por exemplo, um estudante com deficiência auditiva/surdez que necessite de um professor interlocutor apresenta uma singularidade que, quando atendida, coloca-o em condição de igualdade com os demais estudantes ouvintes. Busca-se a construção de uma escola comum cheia de vida que garanta a formação contínua de todos que nela estejam envolvidos: estudantes, professores, funcionários, gestores e pais.

Uma escola inclusiva não “prepara” para a vida. Ela é a própria vida que flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos-cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou das modalidades de atendimento educacional oferecidas. (CARVALHO, 2007, p. 34-35)

Assim sendo, quando nos reportamos ao planejamento voltado para o espaço escolar, o compromisso e o envolvimento do professor da educação especial devem ser os mesmos do professor de uma classe comum. Uma das questões primordiais é que o professor da educação especial seja compreendido como um parceiro profissional da educação e não da saúde<sup>1</sup> – como tende a ser visto no espaço escolar –, que traga consigo orientações educacionais e que tenha espaço para apresentar seus saberes e colocá-los à disposição dos professores e da equipe escolar como um todo.

Espera-se que o professor da educação especial seja capaz de estabelecer um ambiente de segurança entre seus pares que atuam nas classes comuns sem que se crie, ao mesmo tempo, uma expectativa de que haja um conjunto de orientações, atividades e ações previamente determinadas que venham a funcionar como um manual. Espera-se que parcerias sejam traçadas com os demais professores de forma que construam uma cultura cooperativa em que compartilhem suas necessidades e encontrem as possíveis soluções, na perspectiva da construção da resposta adequada a cada situação específica. Não há como oferecer um caminho pronto, mas compartilhar diferentes formas de caminhar.

Uma das possibilidades do professor da educação especial corresponder a esse perfil está em conquistar seu espaço e garantir sua efetiva participação no processo da gestão democrática nos mais diversos colegiados como Conselho de Escola, Conselho de Série ou da Associação de Pais e Mestres (APM). Ele também se faz presente com o trabalho coletivo em busca das metas educacionais apoiando as iniciativas de seus pares na elaboração de planos de ensino individualizados, atividades inclusivas e de sensibilização no interior da escola.

A atuação nesses espaços certamente dará ao professor da educação especial condições de intervir diretamente na remoção de barreiras para a aprendizagem, as quais podem se constituir como barreiras presentes no espaço físico, social e educacional enfrentada pelos estudantes;

barreiras experimentadas pelos educadores frente à sensação de incapacidade de atuação no processo educativo; barreiras enfrentadas pelas famílias na falta de apoio da escola. Apresentar propostas para a remoção dessas barreiras, que certamente influenciam diretamente na aprendizagem dos estudantes, é uma condição imprescindível que deve estar presente nas metas de um Projeto Político Pedagógico construído democraticamente, tendo em vista uma escola verdadeiramente inclusiva.

Pensar na atuação, num contexto educativo democrático e, por conseguinte, colaborativo, implica em ter claro que há uma possibilidade real de execução e aplicabilidade. Essa confiança na execução só está presente quando se estabelece liberdade para escolhas e caminhos a serem traçados com vistas a um futuro que imprima respostas positivas. Este processo e concepção de um projeto como ato de liberdade são bem descritas por Vale (1995, p. 2-3), quando aponta que:

[...] todo projeto é contemporâneo de uma **utopia** entendida como a capacidade humana de não aceitar a realidade que lhe foi, muitas vezes, imposta de maneira determinada. O projeto é sempre **um ato de liberdade individual ou coletiva** que coloca nas mãos das pessoas e da sociedade a possibilidade de “revolucionar” o existente colocado, quase sempre, como algo “definitivo” [...] e em contrapartida, estabelecer **alvos e metas que transformem o contexto numa realidade mais adequada aos fins e desejos** humanos.

Essa postura impele o professor da Educação Especial a ser colaborativo e contribui para que ele possa intervir ainda no projeto da escola inclusiva. As ações propostas no Projeto Político Pedagógico, elaboradas pela equipe escolar, devem estar pautadas num ir e vir entre o professor da classe comum, os gestores e o professor da educação especial em busca de respostas educativas para todos seus estudantes. As ações coletivas não devem focalizar apenas as especificidades individuais do estudante da educação especial, pois não são apenas essas suas finalidades. O professor da educação especial deve atuar na escola e entender sua participação num contexto de gestão democrática como um ato de liberdade. No Projeto Político Pedagógico, em especial, tal participação deve ocorrer nas instâncias que prezam pela formação de todos os estudantes, compreendendo as relações homem-mundo como um processo de reflexão crítica e libertação de paradigmas que o isolavam da dinâmica escolar.



O Projeto Político Pedagógico deve se constituir em um instrumento de luta pela garantia de metas inclusivas tendo em vista a preocupação em promover a qualidade do processo de aprendizagem também dos estudantes da educação especial aos quais acompanha. A busca pela humanização e compreensão da necessidade desta realização implica, como responsabilidade do professor da educação especial, oferecer subsídios para que na unidade escolar seja possível promover condições favoráveis para a inclusão com responsabilidade todos os estudantes e professores da escola. É preciso que o professor da educação especial tenha expressão e voz nas diferentes esferas administrativas, na prática profissional e, fundamentalmente cabe ao professor da educação especial indicar às demais áreas os outros saberes que têm a função de otimizar as rotinas educativas de todos os alunos, incluindo os alunos com deficiência.

Ao definir o quadro teórico que norteará a prática pedagógica, é importante que o projeto expresse um entendimento sobre a categoria inclusão, tematizando especificamente a realidade dos alunos com deficiência fundamentando-se na legislação. É necessário um estudo sobre as peculiaridades do processo ensino-aprendizagem desses educandos, a fim de que a inclusão não se constitua apenas em uma formalidade, obedecendo tão somente a preceitos legais de obrigatoriedade da matrícula. (SANTOS, 2013. p.77)

Neste projeto deve haver uma organização curricular de forma a ter um currículo significativo organizado por competência e de áreas de conhecimento interligados, despertando e trazendo o professor da classe comum como um verdadeiro parceiro e colaborador, tendo este o sentimento de responsabilidade frente à educação escolar do estudante da educação especial, mas na certeza de poder contar com o apoio do professor da educação especial.

A ação de apontar o Projeto Político Pedagógico como instrumento de superação tem que estar alinhada a uma prática educativa humanizada que também compete ao professor da educação especial. Espera-se que esse professor atue na comunidade escolar como um todo, ou seja, em todos os espaços que sua presença se faça possível e necessária, não somente no que diz respeito ao estudante da educação especial, mas a todos os estudantes da escola.

Quando os papéis estão bem definidos e os atores do processo inclusivo assumem suas responsabilidades, é necessário que haja uma orientação didática para a execução do planejado. "As orientações didáticas permitirão à equipe passar à ação, proporcionar-se um plano de trabalho e determinar seu procedimento de aplicação" (THURLER, 2001, p.83).

Para que se obtenham bons resultados educacionais, a preocupação em participar da elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico leva ao professor da educação especial a responsabilidade de conduzir um trabalho que o leve a compreensão da realidade, dos conceitos de aprendizagem, ensino e avaliação de seus estudantes da educação especial que seja processual e emancipadora.

A definição de papéis na construção do Projeto Político Pedagógico é parte fundante da gestão democrática praticada na escola. Contudo, é preciso que cada membro envolvido no processo escolar, seja ele professor, funcionário ou gestor, perceba-se e se reconheça nesta

construção, defina sua postura e seu papel na implementação das ações e metas propostas, colocando-se a serviço da promoção de um processo de inclusão responsável e digna.

Para finalizarmos estas ideias, refletimos que

A sociedade sonhada e a educação pretendida não estão prontas à espera de sua simples apreensão; elas serão aquilo que o coletivo, através de diferentes práticas, fizer para que o sonho se torne realidade pelo esforço, inteligência e argúcia de todos. (DAIBEM, 1998, p. 19)

Espera-se que essas reflexões sobre o papel do professor da educação especial no processo de planejamento e execução do Projeto Político Pedagógico, voltado para a construção de uma escola inclusiva, tenham esclarecido que esse professor tem papel fundamental junto à equipe escolar. É no registro do Projeto Político Pedagógico da escola que se garante a presença de ações educativas e colaborativas planejadas, tendo por base a realidade da escola e dos estudantes que nela estão, de forma que seja possível promover uma educação inclusiva e de qualidade a todos os estudantes.



## Referências

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/3YQoF>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

CARVALHO, R. E. *Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"*. 5. ed. Editora Mediação: Porto Alegre, 2004.

DAIBEM, A. M. L. (Re)Vendo e projetando o programa de educação continuada: uma contribuição à reflexão dos educadores. In: MINGUILI, M.G. *et. al.* (Re) *Orientação Didático Pedagógica do cotidiano escolar: um caminho para o projeto*. Bauru: UNESP: SEE, Delegacia de Ensino da Região de Bauru, 1998.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SANTOS, R. N. Os desafios da escola frente à proposta de educação inclusiva: o papel do projeto político pedagógico. *Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação*. Caderno Temático VI: Educação Especial e Inclusão, n. 8, ano IV, p. 71-81, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/W22r25>> Acessado em 02-02-2014.

THULER, M. G. *Inovar no interior de escola*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VALE, J. M. F. Projeto pedagógico como projeto coletivo. In: CIRCUITO

PROGRAD, 3., 1995, São Paulo. *Anais...* O projeto pedagógico de seu curso está sendo construído por você? São Paulo: Pró-Reitora de Graduação / UNESP, 1995.

## Notas

- 1 O trabalho da equipe da saúde certamente é somado ao trabalho educacional do professor especialista. Contudo, não é o professor da Educação Especial o responsável pela avaliação, pelo encaminhamento nem pela realização de intervenções específicas da área da saúde. <[voltar](#)>